



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

7/11/2019
J. Machado

Ata nº. 03/2019

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE RESENDE, REALIZADA EM
30.04.2019

LOCAL:

Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho.

CONSTITUIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA:

PRESIDENTE: Jorge Cardoso Machado (PS);

1º SECRETÁRIO: António Silvano de Moura (PS);

2º SECRETÁRIO: Ana Maria da Conceição Sequeira Magalhães (PS).

SECRETARIADO: Chefe da Divisão Administrativa e de Expediente Geral, António Manuel de Almeida Pinto.

HORA DE ABERTURA:

Eram 15h00 quando o senhor Presidente da Mesa deu início à sessão

PRESENCAS POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL:

PRESIDENTE: Manuel Joaquim Garcez Trindade (PS);

VEREADORES:

Jaime António Bernardino Alves (PPD/PSD);

Sandra Manuela Rodrigues Pinto (PS);

Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira (PPD/PSD);

Maria José Rodrigues Dias (PS);

Maria Dulce Pereira (PPD/PSD);

Amadeu de Vasconcelos (PS);

FALTAS E SUBSTITUIÇÕES:

Verificaram-se as seguintes faltas e substituições:

O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Mouros (PS), foi substituído pela Tesoureira Ana Patrícia Almeida Rodrigues.

A Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Anreade e São Romão (PS), foi substituída pelo Tesoureiro Marco Manuel Ribeiro de Moura.

O membro Alberto António Pereira Dias (CDS-PP), ausente por período inferior a 30 dias, conforme justificação apresentada, foi substituído pelo membro Jorge Manuel da Silva Cardoso (CDS-PP).



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

7/2/2019

O membro Kelly Conceição Cunha (PPD/PSD), ausente por período inferior a 30 dias, conforme justificação apresentada, foi substituído pelo membro Maria Olinda Vieira Loureiro (PPD/PSD).-----

JUSTIFICAÇÃO/INJUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----

Faltaram injustificadamente à última sessão ordinária de fevereiro os membros **Gonçalo Nuno Pinto Dias (PS)** e **Aires Carlos Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de São Cipriano – PPD/PSD)**.-----

DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES; -----

O senhor Presidente da Mesa solicitou a concordância do Plenário para a dispensa da leitura da ata da sessão ordinária realizada em 28 de fevereiro de 2019, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida.-----

Declaração de Voto do membro Jorge Manuel da Silva Cardoso (CDS-PP):-----

"Vou votar contra a dita ata porque durante a minha intervenção, nesse dia, questionei o senhor Presidente da Câmara Municipal de Resende se assinaria a petição "por uma ligação rodoviária rápida à Ponte da Ermida, à A4 ou à A24", se lha fizessem chegar. Petição essa que está a ser promovida pela Associação Empresarial, tendo a resposta do senhor Presidente sido favorável, de forma clara declarou que a assinaria. Agora verifico que desta nossa troca de argumentos nada consta na ata a votação e por isso sou forçado a votar contra a ata e a apresentar esta declaração de voto. Por favor não me venham com desculpas e rodeios de que uma ata é um resumo sucinto dos assuntos mais importantes que se discutem na reunião, pois mal estaríamos se este não fosse um assunto muito importante para todos nós."-----

Seguidamente foi a referida ata colocada à discussão e sujeita a votação, tendo sido **aprovada por maioria (abstenções dos membros Marco Sérgio da Fonseca Cardoso (PPD/PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São Cipriano (PPD/PSD), Maria Olinda Vieira Loureiro (PPD/PSD), Gonçalo Nuno Pinto Dias (PS) e voto contra do membro Jorge Manuel da Silva Cardoso (CDS-PP)**.-----

A. PERÍODO DE "INTERVENÇÃO DO PÚBLICO"; -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

B. PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA": -----

B.1. DISCUSSÃO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções-----



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Pedro Marques'.

Presidente da Mesa – Congratulou o Executivo pelo sucesso alcançado no evento da Festa das Cavacas e lamentou o facto de, na Sessão Comemorativa do “25 de Abril”, se terem verificado ausências por parte de alguns membros da Assembleia Municipal.-----

Paulo Jorge Correia Pinto Águas (PPD/PSD) – Disse que a sua bancada manifestou já por diversas vezes a vontade que as atividades desenvolvidas em prol do concelho sejam de facto uma mais valia e que possam contribuir para a divulgação de produtos, bem como permitam a captação de empresários para a realização de investimentos por forma a contribuir para uma melhoria da economia do concelho, felicitando o senhor Presidente e todo o seu Executivo pela atividade “Festa da Cavaca”, que do ponto de vista da sua bancada cumpriu com esses objetivos. Referiu que o Executivo fica a “dever” uma atividade a Caldas de Aregos e que cabe aos senhores Presidentes da União de Freguesias de Anreade e São Romão e da União de Freguesias de Freigil e Miomães reivindicar essa atividade, expressando, mais uma vez, a congratulação pelo bom desempenho alcançado pela “Festa da Cavaca”. Referiu ser da competência da oposição lembrar que o concelho precisa permanentemente de procura e luta para se alcançar investimento e nesse sentido questionou o senhor Presidente da Câmara, relativamente às Termas das Caldas de Aregos, se poderia dar indicações sobre o processo e se houve novos desenvolvimentos, bem como quais os esforços tidos para que se concretize a garantia de que se arranque com esse investimento. Questionou ainda sobre o regulamento de trânsito e de toponímia, referindo que passados já alguns meses ainda não foi concretizado, lembrando até as indicações de algumas correções pontuais propostas pelos colegas da bancada do CDS-PP, pelo que questionou se o processo esta a decorrer e caso não esteja qual o motivo. Disse ser seu entendimento que compete a todos os membros da Assembleia a obrigação de defender os interesses de Resende, devendo essa ser uma postura como uma condição inalterável e que tiveram conhecimento que o senhor Presidente da Câmara permitiu que se publicasse um vídeo de apoio ao candidato Socialista para as Eleições Europeias, Dr. Pedro Marques, referindo que este enquanto Ministro do Planeamento e Infraestruturas, teria sido um dos principais responsáveis pela elaboração do Plano Nacional de Investimentos 2030 e do qual retirou as obras de ligação da Ponte da Ermida a qualquer uma das vias de ligação. Por último referiu que no entender da bancada do PPD/PSD a posição assumida pelo Senhor Presidente não seria uma posição de “lutar por Resende”.-

Presidente da Câmara – Disse que relativamente às Termas das Caldas de Aregos, seria da sua responsabilidade enquanto Presidente de Câmara, encontrar soluções para as mesmas de acordo com a atual realidade. Referiu ser um assunto de grande complexidade derivado da sua degradação não se tornando assim competitivo e carecendo de uma total requalificação. Disse que a solução para este problema seria comum a todos e não só ao Presidente da Câmara, não descurando de todo a sua responsabilidade enquanto Presidente de Câmara. Disse que em época alta do período termal o Município teve sempre o cuidado de realizar algumas obras tidas por mais convenientes a fim de proporcionar um melhor aproveitamento e bem estar a quem utiliza as Termas das Caldas de Aregos, bem como por forma a evitar algum tipo de problema ambiental e de saúde, dando ainda



Handwritten signature in blue ink.

conhecimento de que o atual Executivo estaria a tentar resolver o assunto relacionado com a falta de licença de utilização, esclarecendo que esta falta seria derivada do facto de ser ter aumentado as suas valências, nomeadamente a utilização da piscina e da sua água ser corrente e não estagnada. Disse, mais uma vez, que este assunto seria da responsabilidade de todos e que apenas poderia ser resolvido com a sua requalificação, sendo este aspeto prioritário por via de um empréstimo ou por via de um investidor privado, dando conhecimento ao plenário de que teve um recentemente um contacto por parte de dois investidores que pretendiam obter informações sobre a possibilidade de construção de um hotel com a intenção de aproveitamento das águas termais, sendo que os respetivos serviços encontram-se já a elaborar um documento onde constem todos os requisitos e informações para um futuro investimento. Disse que relativamente a um investimento privado, o Executivo, é reticente à possibilidade da não utilização das água termais para o Termalismo Tradicional, vincando que tal decisão caberia a todos e que dela todos deveriam participar e decidir referindo que não tomará qualquer decisão sem prévia consulta aos membros da Assembleia, manifestando a sua convicção de que após a requalificação das Termas estas serão efetivamente competitivas e sustentáveis. Sobre as alterações ao regulamento de trânsito esclareceu que os serviços encontram-se já a trabalhar sobre esse assunto e que o mesmo muito brevemente será concluído. Concluiu esclarecendo o plenário de que após convite da Federação Distrital do Partido Socialista para participar numa Comissão Política Distrital que decorreu em Lamego, onde foi abordado por alguns meios de comunicação, tendo sido como membro do partido e não como representante e Presidente da Câmara, que proferiu algumas considerações.-----

Elsa Isabel Ferreira Rodrigues (PPD/PSD) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

"A minha intervenção de hoje decorre das comemorações do último 25 de Abril. Enquanto eleitos pelo povo nesta Assembleia, a reflexão política é um elemento essencial da democracia e é nossa obrigação promovermos a avaliação do nosso comportamento político. Depois das diferentes intervenções, podemos concluir que discordar enriquece a democracia e potência a liberdade, tal como tivemos oportunidade de ouvir na quase totalidade dos discursos proferidos neste mesmo salão nobre. No entanto, houve exceção. Subir ao púlpito no dia da liberdade, recorrendo à omissão de forma deliberada, faltando à verdade como forma de combate político, não enriquecendo o debate democrático, muito pelo contrário, essa forma de atuar politicamente era própria do anterior regime, usando-se a propaganda, ofuscando os reais problemas das pessoas, usando-se a mentira em vez de se fomentar o rigor e a realidade. Várias foram as omissões e faltas à verdade. Não basta proclamar Abril, é necessário praticar Abril e servir de exemplo para as novas gerações. Sim, servir de exemplo, na política, na sociedade, no trabalho, na família, nas instituições. Tantas vezes nos questionamos do afastamento das pessoas, e particularmente dos jovens, da vida política. Analisar esta conduta traz-nos algumas respostas. Não basta dissertar sobre as virtudes da Lei da Paridade quando em 45 anos de atividade pública pouco trabalho é reconhecido como verdadeiramente potenciador da integração das mulheres na vida pública e partidária. Não seriam necessárias quotas, se aqueles homens que



em discursos falsos tivessem feito o seu trabalho ao longo destes 45 anos. É triste que aqueles que tanto defendem a participação política feminina sorriam com frases como “vamos fazer um intervalo para que as senhoras possam ir à casa de banho”. Não basta apregoar a defesa dos jovens, a ética e a legalidade quando a nossa prática diz exatamente o contrário. O que dizer quando na teoria se defende, com unhas e dentes, uma política de juventude, quando, na prática, se acumulam pensões com outras atividades, utilizando subterfúgios para se cumprir a lei, recorrendo-se a empresas talentosas, optando sempre por aquilo que pessoalmente dá mais jeito? Será que não existem mulheres e jovens capazes para ocupar as mesmas funções? Todos sabemos que sim, mas quem já está bem rouba as oportunidades a quem nada tem. O que dizer da ética republicana, quando alguns oligarcas usam os cargos que ocupam para favorecer familiares diretos, e não estamos a falar das nomeações governamentais, estamos a falar da nossa realidade local. “À mulher de César não basta ser séria...”. Não é sério culpar uns, omitindo a verdadeira responsabilidade de outros. Não é sério acusar uns e omitir as nossas próprias responsabilidades. Não é aceitável que aqueles que se vangloriam de estar por cá há 45 anos fujam às suas próprias responsabilidades na desertificação, no empobrecimento e no abandono no nosso concelho. Não basta celebrar Abril, temos de cumprir Abril e para o fazermos temos de olhar para nós, para a nossa conduta. Só assim será possível mudar o paradigma político local. A política deveria existir para servir a comunidade e o bem comum e não para nos servirmos dela. Tal como no anterior regime da ditadura, existem hoje, em Resende, no regime democrático, mordomias e de regalias apenas para alguns que ao exercer as suas influências e o seu poder cuidam muito bem de si e dos seu interesses, contudo, estão a condenar e tolher o futuro de um concelho, que deveria ser de todos nós”-----

Aires Carlos Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de São Cipriano) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Não poderei deixar de manifestar ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, a minha tristeza pelo rigor com que fui tratado na Assembleia anterior. Depois de ter feito um esforço para que pudesse participar na Assembleia e quando me sento, sou informado que por meia dúzia de minutos de atraso, já não poderia participar na Assembleia, foi como quem me deu um murro no estômago. É óbvio que devemos cumprir as regras do regimento, mas como disse a Elsa, que tendo em conta que estamos no horário laboral, as pessoas deveriam ser mais flexíveis e solidários como já foram com outros membros desta assembleia, e que para além de estarem aqui na defesa de interesses, das pessoas mais necessitadas e desprotegidas, têm de trabalhar para que possam sobreviver. Tantas vezes as Bandas de Música da minha Freguesia se deslocam aos Passos do Concelho para abrilhantar as festas e ou participar gratuitamente como foi o caso nas comemorações do 25 de Abril e têm de estar à espera de quem é pago para estar a horas. Não quero com isto dizer que não cheguei atrasado mas na certeza porém, que se fossem implacáveis noutras situações como foram comigo tudo correria melhor. Houve ou não excesso de zelo da parte do senhor Presidente desta Assembleia? Senhor Presidente da Câmara, permita que desabafe e faça aqui algumas considerações, enumere algumas



situações, a todos os presentes. Começo por dizer que estou a ficar farto e por vezes até me apetece deitar a toalha ao chão, por não me identificar com alguns políticos, políticas e da forma como alguns fazem politiquices usando meios para que possam atingir fins, mas vou continuar a ser um resistente. O Paulo Águas chamou a atenção para a falta de transparência nas responsabilidades de gestão do que às Juntas de Freguesia diz respeito e evidenciou que as Juntas de Freguesia que fazem parte desta bancada não possuem o mesmo apoio da Autarquia. O senhor Presidente da Câmara respondeu que trata e apoia as juntas de Freguesia de igual modo. Com todo o respeito que tenho por todos os Presidentes de Junta de nosso Concelho sem exceção, atendendo que todos quantos foram eleitos lutaram e continuam a lutar por um futuro melhor e um Concelho melhor, permitam que eu o possa justificar a intervenção do Paulo Águas e reivindicar neste local o que não chega à Freguesia a que eu presido. Senhor Presidente eu acho que haverão muitas situações que se passam no Município, em que o senhor não tenha conhecimento, mas não deixa de ser o responsável por elas. Antes de se realizarem as últimas Autárquicas, foi pago às Juntas do Partido Socialista ou tiveram conhecimento, que estava em pagamento, as irrisórias verbas que o Município disponibiliza a todas as Freguesias do Concelho de Resende, destinada às pequenas intervenções. Porque São Cipriano e São João de Fontoura não foram tratados da mesma forma, só tivemos conhecimento depois das eleições, através de alguns colegas Socialistas, acabando por receber a respetiva verba já após as eleições. Para poder justificar e comparar a razão do meu descontentamento, tenho de salientar na minha intervenção às três freguesias que se encontram mais perto de mim e onde eu desenvolvo a minha atividade profissional. Não para fazer qualquer tipo de crítica, mas sim pelo contrário, para elogiar o trabalho feito pelos colegas, a Sónia em Anrreade e São Romão, à Isaurinda em Freijil e Miomães e o Manuel Afonso em Ovadas e Panchorra. Atendendo à necessidade da minha freguesia em alargar o cemitério de São Cipriano solicitei ao senhor Presidente ajuda para realização da dita obra, acontece que até à data nem sequer tive resposta. Ao contrário, e após o meu pedido, nas freguesias vizinhas já foram inauguradas três casas Mortuárias. No que diz respeito ao saneamento, sendo o saneamento básico considerado essencial, importante para a saúde de toda a sociedade e para o meio ambiente, atendendo á grave situação que ocorre em São Cipriano, continuo a solicitar ao senhor Presidente para conclusão do mesmo. O saneamento que está em funcionamento continua a ser descarregado para o Ribeiro Cabrum a aproximadamente mil metros da Praia Fluvial da Lagariça. Na Rua de Lagares, que por sinal é a rua em que eu resido, conheço bem a situação, já quase toda a gente descarrega para a valeta. Mas pior ainda, após a reclamação do senhor Rui Sousa de não querer que saíssem à sua porta as descargas feitas pela valeta da rua de Lagares abaixo, o Município resolveu o problema e por administração direta, desviou da Casa do senhor Rui Sousa deixando-a a sair à porta do senhor Alberto Maria Dias. Senhor Presidente é preciso resolver esta situação com a maior brevidade, já o alertei para esta situação, isto não pode ser. Em Covelinhas e no Carril como é possível rebentar a via pública numa extensão de aproximadamente de três mil metros só para meterem a água. Pergunto eu, será que parte da Rua de



Handwritten signature or initials in blue ink, possibly reading 'J. Machado'.

São Cipriano, Rua do Carril, Rua de Covelinhas e toda a Povoação de Covelinhas nunca vai ter direito a saneamento Básico? Ao contrário, em Anrreade, Freigil e Ovadas andam a decorrer obras relativas ao saneamento, com tudo direitinho e os trabalhos até foram entregues a uma empresa privada. Na Povoação de Covelinhas, o primeiro ofício que enderecei ao senhor Presidente Câmara, Dr. Trindade, em 16.12.2013, fui logo chamado ao seu gabinete, como se diz na gíria futebolística fui logo admoestado com um cartão amarelo mas mais para o alaranjado. Sabem porquê? Porque o ofício ia acompanhado de 45 assinaturas e eu comecei o ofício assim "...a povoação sita no Monte de Covelinhas encontra-se hoje, inadmissivelmente, sem qualquer tipo de iluminação pública, pelo que se torna imperiosa a sua mais urgente colocação..." Como o senhor Presidente da Câmara, Dr. Trindade, ainda só estava a começar o mandato, alguém foi ao vídeo arbitro e levamos o castigo até à data os desgraçados lá continuam à luz da candeia ou do Gerador. Relativamente ao alcatroamento, tenho solicitado a colaboração e ajuda ao senhor Presidente, para o alcatroamento de vias públicas, caminhos que já foram abertos há mais de 15 anos e que ainda continuam em terra batida, sendo a totalidade não mais de três mil metros de alcatroamento. Construção de muros alguns caídos durante as intempéries e outros porque tivemos de fazer alguns alargamentos em caminhos públicos sem que nunca tenhamos sido atendidos. Ao contrário em São Romão colaboraram com a junta a fazer dois muros de suporte no caminho que liga o Povo à Casa Mortuária e fico por aqui. No que diz respeito a eventos e festas, vai decorrer em Caldas de Aregos o evento da Feira da Mala Aberta, 05 de Maio de 2019 e em Ovadas a Feira do Rodo já têm tudo bem organizado e divulgado, aproveito e dou desde já os parabéns à Sónia, ao Manuel Afonso e às suas equipas pela grandeza dos eventos e com certeza que é a forma mais célere de dignificar e engrandecer as nossas freguesias e o nosso Concelho. Ao contrário São Cipriano "Aldeia da Música" vai realizar o segundo encontro de Bandas Filarmónicas no dia 18 de Maio de 2019 e acontece que ainda anda atrás do senhor Presidente do Município a mendigar, sem até à data saber qual o ponto de situação. No que respeita à Casa do Povo, todos sabemos o que se passa, vou aproveitar para dar umas dicas. No tempo em que o senhor Engenheiro António Borges era Presidente da Câmara, ofereceu à Casa do Povo de São Cipriano numa Assembleia de Sócios, 50.000,00€ e os técnicos para tratarem do projeto de reconstrução. Sabem Porquê? Na altura o Presidente da Direção era o António Amadeu, marido da Vereadora do Partido Socialista, ao contrário, hoje o Presidente é igualmente o António Amadeu, marido da senhora Vereadora, mas agora pelo P.S.D. Querem que diga mais? A oferta nunca chegou a São Cipriano. Ainda em resposta ao membro Paulo Aguas o senhor Presidente disse que apoiava as Bandas, disponibilizava o Auditório construído específico para as Bandas e possui ainda extensão do Posto Médico de São Cipriano. Auditório, como pode dizer que foi construído específico para as Bandas se elas quando querem atuar têm de andar a fazer operações plásticas tais como alargar o Palco. A Extensão de Saúde, o que quis dizer com a frase, "possui ainda a extensão do Posto Médico de São Cipriano.". E depois diz em resposta à minha intervenção que "...faltou dizer, não sei se por omissão inadvertida ou de propósito, dizer que o posto Médico de São Cipriano não é da competência da



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara Municipal de Resende, é da estrita competência da Administração de saúde...". Em que ficamos senhor Presidente? Mas de uma maneira ou de outra acontece que o senhor Presidente tem conhecimento que em São Cipriano já não temos médico há já algum tempo, pelo menos desde a última assembleia Municipal. Sendo o Município responsável ou não pelo posto Médico de São Cipriano e sabendo que o posto médico tem aproximadamente 1500 utentes das Freguesias de São Cipriano, Freigil, São Romão, Ovadas, Panchorra, etc. Como é possível o senhor Presidente desprezar ou não dar apoio aqueles que acreditaram em si. Gostaria também de saber e se possível o resultado da sua reunião com o seu colega diretor da ARS Norte em relação ao pacote financeiro que foi atribuído a Resende e São Martinho de Mouros em que não complementava São Cipriano. Em relação à torre da Lagariça, penso que não percebeu o que eu lhe quis transmitir, mas eu vou tentar explicar de uma forma mais sucinta. Eu quando tive conhecimento escrevi uma carta com o que eu pensava achava e o que deveria ser feito em relação a Casa da Torre " Ilustre Casa de Ramires" e enviei ao senhor Presidente da Câmara de Resende, ao senhor Presidente da República, à Ministra da Cultura e à Fundação Eça de Queirós. De forma que na pior das hipóteses se conseguisse arranjar uma solução conjunta. Puxando a fita bastante atrás, o senhor Presidente tem conhecimento que a Casa da Torre já esteve à venda há uns anos e que na altura o senhor Presidente António Borges teve a intenção de a comprar, tendo o negócio quase concluído não fosse um dos herdeiros roer a corda e se assim não fosse este monumento hoje já era pertença do Município Resende. Depois de ouvir a explicação que o senhor Presidente, Dr. Trindade, me deu aqui neste salão Nobre, perguntei a mim próprio. Porque seria que o Engenheiro António Borges fez ou queria fazer tamanho esforço para comprar este Monumento? Então cheguei a uma conclusão que ele sofria do mesmo problema que eu, um problema de ansiedade. Ansiedade essa que nós Resendenses temos por norma de ser bairristas e derivado ao gosto que temos pela nossa terra fazemos o possível e o imaginário para que possamos tornar as situações mais difíceis em realidade. Ele já naquela altura sentiu que uma parte do nosso património se estava a desmornar e iria desaparecer. Sem qualquer desrespeito e atendendo à consideração que tenho pelo senhor Dr. Trindade tenho que lhe dizer o que me vai na alma. Custa-me, como natural de Resende, e porque até nasci no velho Hospital de Resende, cresci, estudei, casei, constitui família, construí a minha casa em São Cipriano e ver as pessoas da minha freguesia a partirem para outras paragens à procura de melhores condições de vida. A nossa Cultura, o nosso património a desmornar-se, e não haver ninguém que faça nada por isto. Não posso deixar de valorizar a forma como tem orientado as contas do município, mas senhor Presidente quando conseguir por as contas do Município em ordem garanto-lhe que já não mora cá ninguém já tudo terá desaparecido ou já não haverá ponta por onde se lhe pegue. A si ficar-lhe-a a memória de que foi Presidente da Câmara Municipal de Resende. Para os resistentes ficará uma povoação em que quando tivermos alguma alegria acontecerá como na Panchorra, há muitos anos, tocará a música se ainda houver banda de música e deitaremos foguetes se tivermos dinheiro para os comprar". -----



Handwritten signature in blue ink.

Presidente da Câmara – Recordou que o concelho de Resende é constituído por onze freguesias e não só por São Cipriano, pelo que se todas elas reivindicassem da mesma forma, o Município teria de possuir uma "máquina de fazer dinheiro", lembrando que a Freguesia de São Cipriano possui diversos equipamentos municipais, nomeadamente um Centro Cultural com um Auditório e que nem todas as freguesias se podem vangloriar de ter, mas que também o poderiam reivindicar. Disse que São Cipriano possui ainda um Centro Escolar com todas as valências a ele inerentes, de igual modo com têm as freguesias de Resende e São Martinho de Mouros. Referiu que a freguesia de São Cipriano nos últimos anos tem tido um volume de investimento bastante elevado nas questões mais pertinentes como a educação e cultura e também, apesar de não ser da competência da Câmara, na saúde, com a requalificação da Extensão do Posto Médico de São Cipriano que apenas não irá ser feita do modo que o senhor Presidente da Junta de Freguesia quer, mas sim do modo que é possível e que já, por diversas vezes, foi dito em assembleias anteriores, ou seja, será numa sala disponível do Centro Escolar de Resende e que não irá contemplar uma requalificação da Casa do Povo de São Cipriano tal como o senhor Presidente de Junta queria. Disse que relativamente ao saneamento da freguesia, este apenas não foi concretizado por falta de concorrentes à empreitada, desconhecendo a razão por tal situação, mas que o projeto encontra-se elaborado e pronto a ser submetido a nova candidatura, assim se verifique essa possibilidade no POSEUR - Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos. Lembrou que na freguesia de São Cipriano, o Município procedeu à colocação de inúmeros metros de conduta de abastecimento de água e que esta chegou a pessoas que nunca souberam o que era ter água canalizada. Disse que no concelho todas as freguesias têm as suas necessidades e que o Município de Resende não possui dinheiro para a aquisição da Torre da Lagariça, alertando ainda que esta carece de imensas obras de requalificação. Disse que os senhores Presidentes de Junta teriam de ter a noção das possibilidades do Município e que nenhuma delas seria preferida a qualquer outra, encontrando-se o Município pronto a ajudar todas elas mas sempre dentro das suas possibilidades e no seu devido tempo. Terminou referindo compreender os problemas das juntas de freguesia pedindo a que tenham paciência e tranquilidade e que jamais se trata de "falta de vontade" mas sim falta de verba para resolver todos os problemas em todas as freguesias.-----

Foi apresentado e aprovado por unanimidade um voto de pesar, conjuntamente por todas as bancadas, pelo falecimento da senhora Arminda Costa, sogra do Deputado da Assembleia Municipal Luís Manuel Almeida Matos Ferreira Pinto.-----

C. PERÍODO DE "ORDEM DO DIA": -----

O senhor Presidente da Mesa procedeu à leitura da "Ordem do Dia" constante da convocatória para a presente sessão:-----

1. ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO; -----

2. INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL; -----



Trabalho concluído

3. REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DA VILA DE RESENDE – FÓRUM MUNICIPAL – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO;-----
4. ADESÃO DO MUNICÍPIO DE RESENDE À ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO BAIXO TÂMEGA (AMBT) – PROPOSTA;-----
5. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2018;-----

Na sequência de pedido formulado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, o senhor Presidente da Mesa apresentou uma proposta no sentido de, nos termos do disposto no nº2 do artigo 50º, do anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, ser reconhecida urgência em deliberar sobre o seguinte assunto, não incluído na ordem do dia:-----

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS PARA A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA – DOMÍNIOS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE – PROPOSTA;-

Declaração de Voto da bancada do PPD/PSD:-----

“Todos os elementos desta bancada têm a noção da importância dos lugares que aqui ocupamos, todos nós temos empregos que temos de desempenhar com rigor e dedicação. Mais que uma vez pedimos a V. Exª que atempadamente nos informassem sobre assuntos pertinentes para que nós possamos aprovar, ou não, de forma consciente. Não podemos aceitar que um assunto que foi deliberado a oito de março pela Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa nos chegue no dia anterior na nossa Assembleia para o decidirmos sob o forma de urgente, sem percebermos a urgência dessa decisão. Senhor Presidente, a Autarquia que dirige deve reger-se por rigor e deve ter os serviços organizados por forma a que situações urgentes sejam resolvidas, mas de forma consciente, por parte de todos nós. A bancada do PPD/PSD vota contra a inclusão do ponto na Ordem de Trabalhos por não ter tido condições para se preparar para deliberar convenientemente e conscientemente sobre o assunto proposto”.-----

Colocada a proposta a votação, foi deliberado, por maioria qualificada (votos contra das bancadas do PPD/PSD e CDS-PP), reprovado.-----

Seguidamente deu-se início à discussão e votação de cada um dos assuntos incluídos neste período:

C.1. ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO; -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

Foi tomado conhecimento.-----

C.2. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, A QUE SE REFERE A ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; -----



7/12/2013

Foi presente a informação referida em epígrafe, que, nos termos da lei, foi enviada a todos os membros da Assembleia com a devida antecedência.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Foi tomado conhecimento.-----

C.3. REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DA VILA DE RESENDE – FÓRUM MUNICIPAL – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta de alteração ao artigo 4º (Produtos para venda) do Regulamento de Organização e Funcionamento do Mercado Municipal da Vila de Resende – Fórum Municipal, o qual passa a ter a seguinte redação: **No mercado municipal poderão ser vendidos os seguintes produtos: 1- (...); 2- (...); 3- Nas lojas podem, ainda, ser realizadas atividades complementares de prestação de serviços.**-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

C.4. ADESÃO DO MUNICÍPIO DE RESENDE À ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO BAIXO TÂMEGA (AMBT) – PROPOSTA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário a, uma proposta de adesão do Município à Associação de Municípios do Baixo Tâmega (artigo 108º do anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro).-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

C.5. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2018;-----

Sobre o assunto em epígrafe foram presentes, para aprovação e remetidos pelo executivo camarário, os documentos de prestação de contas relativos ao exercício económico de 2018. Os documentos de prestação de contas elencados no ANEXO I encontram-se integralmente elaborados, foram presentes à reunião e encontram-se devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado.-----

Verificaram as seguintes intervenções:-----

Paulo Jorge Correia Pinto Águas (PPD/PSD) – Referiu que os documentos apresentados são da responsabilidade do executivo em funções, manifestando a intenção de abstenção por parte da sua bancada e salientando o facto de o mesmo ser bastante técnico e de se encontrar bem elaborado.-----



Handwritten signature in blue ink.

Joaquim Alves (PS) – Manifestou a intenção de voto favorável, referindo que o documento se encontra bem elaborado, elogiando todos os Técnicos que nele participaram. Disse que é perceptível que o Município se encontra ativo, com as suas contas equilibradas e geridas com rigor.....

Jorge Manuel da Silva Cardoso (CDS-PP) – Manifestou a intenção de abstenção por parte da sua bancada de igual modo como procedido no ano anterior.....

Presidente da Câmara – Proferiu a seguinte intervenção:.....

“Em conformidade com o estabelecido na legislação aplicável apresentamos os documentos de prestação de contas do Município relativos ao exercício económico de ano 2018 para apreciação dos Órgãos Autárquicos. Os documentos de prestação de contas evidenciam que o executivo continuou a materializar em 2018 as opções estratégicas de desenvolvimento do concelho, orientadas para o reforço da qualidade de vida dos resendenses, tendo presente a limitação de recursos disponíveis e continuando sempre a assegurar o equilíbrio financeiro. Considerando a relevância que o instrumento de apoio financeiro representa para a concretização de ações com impacto na atividade municipal, no âmbito do Portugal 2020, concretizaram-se em 2018 algumas operações e submeteram-se outras a aprovação que se concretizarão em 2019, que visam a melhoria das condições de vida dos nossos munícipes, como: Execução da “Regeneração Urbana do Espaço Público da Envolvente Poente da Vila de São Martinho de Mouros” no âmbito do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU). Execução das candidaturas ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) – “Conclusão do Sistema de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Freigil”, “Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Anreade” e “Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas de Rossas”. Execução da candidatura “Vivenciar Montemuro” – Definição, implementação e sinalização de uma rede de percursos pedestres e BTT e infraestruturas de apoio ao visitante; Execução da candidatura “Grupo Operacional da Cereja de Resende”, aprovada no âmbito do PDR2020, parceria entre o Município de Resende, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), a Cermouros e a Dólmen, visando o desenvolvimento de trabalhos científicos em torno da fileira da cereja, ordenamento do setor, prestação serviços de informação e aconselhamento, no sentido de valorizar a atividade económica do setor da produção de cereja e que se represente acréscimo de empregabilidade e competitividade. Aprovação da candidatura “Valorização Patrimonial da Rota do Românico” – Conservação e Restauro de Retábulos, Teto, Púlpito e Esculturas da Igreja de São Martinho de Mouros e Conservação e Restauro de Retábulos e Esculturas da Igreja de Barrô” ao Programa “Valorizar” – Turismo de Portugal. No final de 2018 foram submetidas as candidaturas ao Norte 2020, no âmbito do Plano de Ação para a Regeneração Urbana (PARU), designadas de “Requalificação Urbana no Espaço Público à Envolvente Norte da Vila de Resende” e “Regeneração Urbana do Espaço Público no Povoado Antigo de Caldas de Arêgos”, assim como a candidatura “Rede de Percursos Pedonais - Requalificação da Ligação Pedonal à Cota Alta do Casco Antigo de Caldas de Arêgos”, no âmbito do Plano de Acessibilidade e Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), prevendo-se a sua aprovação no início de 2019. Representando estas candidaturas no âmbito do



Tejedor

PARU e PAMUS um investimento total cerca de 1,38 milhões de euros. Também no final de 2018, no âmbito do Norte 2020, foi apresentada candidatura à medida Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local (EEIPAL), designada "Requalificação Energética do Edifício dos Paços do Concelho", que para além de visar a eficiência energética do edifício, proporcionará melhores condições de trabalho para os colaboradores do município. Foi também apresentada candidatura à mesma medida, designada "Eficiência Energética no Concelho de Resende - 1ª Fase", destinada à eficiência energética da iluminação pública, nas freguesias do concelho. Estas duas candidaturas de Eficiência Energética correspondem a um investimento cerca de 512 mil euros e representará redução na fatura energética do município e contributo para a redução da pegada de carbono. Apresentação da candidatura "Vivencia[R]esende - Rede de pontos de acesso gratuito Wi-Fi", ao Turismo de Portugal, no âmbito do Programa Valorizar. Para além destes investimentos no âmbito do Portugal 2020, importa registar que em 2018 foi celebrado o Contrato-Programa com a Direção-Geral das Autarquias Locais - DGAL "Beneficiação do Pavilhão Gimnodesportivo de Resende", cujas obras se concretizarão em 2019. Considerando ainda o enquadramento recente no que respeita à proteção civil e luta contra incêndios, no ano de 2018 continuamos a reforçar a parceria permanente com os Bombeiros Voluntários de Resende, acrescentando aos apoios já existentes, o financiamento da constituição de uma EIP (Equipa de Intervenção Permanente). Continuamos em 2018 o processo de consolidação da valorização dos nossos produtos endógenos como a cereja, as cavacas e a criação de gado de raça arouquesa. Para além dos projetos assinalados, em linha com a política desenvolvida nos últimos anos, durante o exercício económico de 2018 continuamos a desenvolver programas, projetos e ações que visam responder aos problemas concretos das nossas populações, em particular das famílias mais desprotegidas. Relativamente à situação financeira do município, os documentos de prestação de contas evidenciam que cumpre todos os indicadores aplicáveis à verificação do equilíbrio financeiro, sendo que no tocante ao endividamento municipal, apresenta um Limite de Dívida Total cerca de 13,9 milhões de euros e, a Dívida endividamento municipal, apresenta um Limite de Dívida Total cerca de 13,9 milhões de euros e, a Dívida Total do município no final de 2018 é cerca de 5,4 milhões de euros (registando-se uma redução cerca de 700 mil euros relativamente ao exercício anterior), verificando-se o cumprimento dos níveis de endividamento consubstanciados nas normas legais aplicáveis, com uma utilização da capacidade de endividamento cerca de 39% face ao limite legal, dispondo de uma margem absoluta de endividamento de 8,5 milhões de euros. O balanço a 31-12-2018 evidencia uma dívida total de curto prazo de 766.652,42 € que incorpora também dívida de operações não orçamentais (cauções e cobranças para terceiros) cujos montantes se encontram balanceados no ativo em depósitos bancários. Expurgado da dívida de curto prazo, a dívida referente a operações não orçamentais obtém-se um valor de dívida de curto prazo de 494.466,01 €, por outro lado o ano de 2018 encerra com um saldo orçamental de 1.175.137,71 €, saldo este que também incorpora receita consignada, que se expurgada obtém-se um saldo orçamental de 726.295,86 €, quer isto dizer, que a 31-12- 2018



o Município poderia saldar toda a dívida de curto prazo e ainda transitaria com um saldo cerca de 230 mil euros (tal não se verificou que o período de faturação e confirmação não se processa até 31-12-2018, mas ocorre já no decurso de 2019, o que inviabiliza esta liquidação em 2018). Os dados da execução orçamental de 2018 demonstram que uma dos cerca de 13 milhões de euros previstos em orçamento se arrecadaram receitas cerca de 12,7 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de execução de 97,3%. Concluindo, os documentos de prestação de contas do exercício económico de 2018, evidenciam ao nível da atividade municipal a concretização de projetos, programas e ações que materializam as opções estratégicas de desenvolvimento para o concelho definidas para o mandato, que visam o reforço da competitividade e a melhoria da qualidade de vida das nossas populações e, ao nível financeiro todos os indicadores demonstram um quadro de grande equilíbrio das contas municipais".-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por maioria (abstenção das bancadas do PPD/PSD e CDS-PP), aprovar.-----

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação em minuta de todos os assuntos submetidos a decisão do órgão, o que foi aprovado por unanimidade, e deu por encerrada a reunião, eram 17h20. -----

Os documentos que servem de suporte às deliberações tomadas encontram-se arquivados digitalmente no sistema de gestão documental IportalDoc, com réplicas no servidor, na partilha Atas, pasta Assembleia Municipal, subpasta Ano 2019.-----

Jorge Cardoso Machado

Presidente da Assembleia Municipal

António Manuel de Almeida Pinto

Chefe da DAEG